

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Data em que optou pela privatização
Cartório Notarial de Vagos (privatizado em 15 de Julho de 2005).	Vagos	Maria Almerinda Soares Cardoso	Escriturária	(a) 9-11-2005
Cartório Notarial de Vale de Cambra (não privatizado)	Vale de Cambra	Elisabete Conceição Oliveira Coelho	Segunda-ajudante	(a) 1-9-2005
Cartório Notarial de Valença (não privatizado)	Valença	Isabel Maria Castro Moreira Cruz Leão	Notária	(b) 21-6-2005
Cartório Notarial de Valpaços (não privatizado)	Valpaços	Maria Cristina Reis Santos	Notária	(b) 23-5-2005
1.º Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia (privatizado em 15 de Julho de 2005).	Vila Nova de Gaia	Maria Lisete Carreira	Ajudante principal	(a) 13-8-2005
Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar (não privatizado).	Vila Pouca de Aguiar	Maria Fátima Barbosa Fidalgo Correia	Notária	(b) 23-5-2005
Cartório Notarial de Vila Viçosa (não privatizado)	Vila Viçosa	António Pedro Monteiro Correia Marques Tavares	Notário	(b) 24-5-2005
2.º Cartório Notarial de Viseu (privatizado em 15 de Julho de 2005).	Viseu	Joaquim Manuel Sales Guedes Leitão, Mário Almeida Loureiro, Maria Manuela Andrade Leitão Faro	Notário, Primeiro-ajudante, Segunda-ajudante	(b) 6-9-2005 (a) 4-2-2006 (a) 12-11-2005
1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Viseu (não privatizado).	Viseu	Lúcia Conceição Tavares Fontinha, Anabela Maria Bicho Oliveira Antunes Ferreira Maria Jacinta Fernandes Almeida Bandeira ...	Notária, Notária, Segunda-ajudante	(b) 23-12-2005 (b) 24-5-2005 (a) (c) 25-5-2005

(a) Licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º

(b) Licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 107.º

(c) Regressou da situação de licença sem vencimento.

(d) Licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

10 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.**Rectificação n.º 889/2006.** — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 1256/2006, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 3 de Fevereiro de 2006, rectifica-se que onde se lê:

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	
				Conservatória	Data
Cartório Notarial do Montijo	Montijo	Albertina Boavida Tavares Dias Fernandes Santos.	Ajudante principal ...	Optou pela privatização (b)	25-5-2005

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	Data
Cartório Notarial do Montijo	Montijo	Albertina Boavida Tavares Dias Fernandes Santos, Carlos José Albardeiro Barradas	Ajudante principal	Optou pela privatização (b)	25-5-2005
			Primeiro-ajudante	Optou pela privatização (a)	15-2-2005

(a) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 107.º
 (b) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º
 (c) Integrado na conservatória de afectação, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º
 (d) Em comissão de serviço extraordinária, desde 21 de Janeiro de 2002, como auditora dos registos e do notariado.
 (e) Licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.
 (f) Licença sem vencimento por um ano desde 15 de Setembro de 2004, ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

10 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

deve ler-se:

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 11 948/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, delego no director do Departamento de Armamento e Segurança, licenciado João Pina Gomes de Almeida, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do Departamento de Armamento e Segurança:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionalismos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a verificação médica da doença, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas com a aquisição de bens ou serviços de carácter urgente, até ao valor de € 150, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

22 de Maio de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro*.

Despacho n.º 11 949/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Maio de 2006 do Ministro da Justiça:

Licenciado João Pina Gomes de Almeida, coordenador de investigação criminal do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, a exercer, em regime de comissão de serviço, o cargo de subdirector nacional-adjunto da mesma Polícia — nomeado, em regime de comissão de serviço, no cargo de director de departamento da mesma Polícia. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 11 950/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 11 088/2006 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, subdelego no responsável pela área de transportes da Directoria Nacional, licenciado Carlos Alberto Duarte Lopes, competência para autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1500.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

23 de Maio de 2006. — O Director Nacional-Adjunto, *Manuel da Conceição Ferreira*.

Despacho n.º 11 951/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 11 088/2006 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, subdelego no director do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, licenciado Nélson Roda Inácio, competência para autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços até ao montante de € 2000.